



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

IMPLICAÇÕES DO TRABALHO NA (IN)CONCLUSÃO DA ESCOLA REGULAR NAS TRAJETÓRIAS DE JOVENS CERTIFICADOS PELO ENEM

IMPLICACIONES DEL TRABAJO EN LA (IN)CONCLUSIÓN DE
ESCUELA REGULAR EN LAS TRAYECTORIAS DE JUVENTUD
CERTIFICADAS POR ENEM

IMPLICATIONS OF WORK IN THE (IN)CONCLUSION OF REGULAR
SCHOOL IN THE TRAJECTORIES OF YOUTH CERTIFIED BY ENEM

Evelyn de Souza Lima
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
evelynlima@edu.unirio.br

Diógenes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
diogenes.pinheiro@unirio.br

Resumo: Desde a década de 1990, vem crescendo o número de jovens que concluem a educação básica no Brasil. Porém, fatos como a evasão escolar, as reprovações de série e em muitos casos a entrada no mercado de trabalho contribuem para que parte da juventude não consiga finalizar o nível básico, principalmente na etapa do ensino médio. O presente artigo visa fazer uma análise compelida de como o trabalho pode ter influência na conclusão do ensino básico por jovens que se utilizaram do Enem para obterem a certificação do ensino médio e entrar no ensino superior. O artigo utilizou como metodologia a coleta de dados por meio de um questionário online respondido por 29 jovens e entrevistas individuais semiestruturadas com sete jovens respondentes desse questionário. A pesquisa conclui que a frequência no mercado de trabalho esteve presente em boa parte das trajetórias dos jovens entrevistados, principalmente o trabalho informal. Além disso, foi possível notar que assim como o trabalho pode ser grande responsável pela desistência escolar, também pode influenciar na busca da conclusão da escolaridade por esses jovens.

Palavras-chave: Juventude. Enem. Trabalho.

Resumen: Desde la década de 1990, el número de jóvenes que completan la educación básica en Brasil ha ido en aumento. Sin embargo, hechos como la deserción escolar, las reprobaciones y, en muchos casos, el ingreso al mercado laboral, contribuyen a que parte de los jóvenes no pueda culminar el nivel básico, especialmente en la etapa de bachillerato. Este artículo tiene como objetivo hacer un análisis obligado de cómo el trabajo puede haber influido en la finalización de la educación básica de los jóvenes que utilizaron el Enem para obtener la certificación de bachillerato e ingresar a la educación superior. El artículo utilizó como metodología la recolección de datos a través de



un cuestionario en línea respondido por 29 jóvenes y entrevistas individuales semiestructuradas a siete jóvenes que respondieron a este cuestionario. La investigación concluye que la frecuencia en el mercado laboral estuvo presente en la mayoría de las trayectorias de los jóvenes entrevistados, principalmente trabajo informal. Además, fue posible notar que así como el trabajo puede ser en gran medida responsable de la deserción escolar, también puede influir en la búsqueda de la finalización de la escuela por parte de estos jóvenes.

Palabras clave: Juventud. Enem. Trabajo.

Abstract: Since the 1990s, the number of young people completing basic education in Brazil has been increasing. However, facts such as school dropout, grade failures and, in many cases, entry into the job market contribute to the fact that part of the youth is unable to complete the basic level, especially at the high school stage. This article aims to make a compelled analysis of how work may have influenced the completion of basic education by young people who used the Enem to obtain high school certification and enter higher education. The article used as a methodology the collection of data through an online questionnaire answered by 29 young people and individual semi-structured interviews with seven young people who responded to this questionnaire. The research concludes that the frequency in the job market was present in most of the trajectories of the young people interviewed, mainly informal work. In addition, it was possible to note that just as work can be largely responsible for dropping out of school, it can also influence the pursuit of school completion by these young people.

Keywords: Youth. Enem. Work.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar se o mercado de trabalho teve influência na conclusão tardia do ensino básico de alguns jovens universitários que, ao não conseguirem finalizar o ensino de forma regular, optaram pela certificação via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para encerrar essa etapa da educação.

Num contexto político de criação de avaliações em larga escala, em 1998 foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – com intuito de avaliar o ensino médio a partir das notas dos estudantes que haviam concluído ou estariam concluindo no ano de sua execução. O exame era de caráter voluntário, fazendo com que, nas suas primeiras aplicações, não houvesse muitos inscritos, o que foi mudando com o decorrer do tempo e com as mudanças na sua utilização (PERONI, 2009).

A partir de uma reformulação, dada pela Portaria nº 109 de 27 de maio de 2009, as funções do exame foram diversificadas, tornando-o de caráter de vestibular oficialmente, além de possibilitar a certificação do Ensino Médio para pessoas que não haviam conseguido concluí-lo, em substituição ao Encceja¹. Ficou, assim, como responsabilidade do Enem

¹ O Encceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – foi criado em 2002, formulado para aferir competências e habilidades de jovens e adultos que não tinham conseguido cursar regularmente o ensino básico e por algum motivo não conseguiriam frequentar a escola, oferecendo assim a essas pessoas a oportunidade de certificação a partir de um exame de cunho nacional.



I - Oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;

II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;

III - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior;

IV - possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais;

V - promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do art. 38, §§ 1º e 2º

VI - promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;

VII - promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior (BRASIL, 2009, n. p., grifo nosso).

Em dissertação de mestrado intitulada “Exames para certificação de escolaridade: os casos do Encceja e do Enem”, Luís Felipe Serrão (2014) apresenta o perfil dos solicitantes da certificação pelo Enem encontrado nos dados disponíveis no Inep. O autor mostra que a maior parte dos solicitantes eram jovens e suas intenções com a certificação eram de melhorar as possibilidades de entrada no mercado de trabalho ou a entrada numa Instituição de Ensino Superior.

Enquanto a pesquisa de Serrão (2014) apresenta os motivos da busca dos jovens pela certificação do ensino médio, o presente artigo pretende trazer também o que gerou a descontinuidade dos jovens na escola, olhando em específico como o trabalho pode ter sido esse motivador, e se, de alguma forma, o mercado de trabalho os impulsionou à busca pela conclusão do ensino médio.

Essa reflexão se torna importante pois a condição juvenil atual é permeada por grandes incertezas, principalmente no mundo do trabalho, em que o diploma do Ensino Médio já não é garantia de conseguir um emprego formal. Nem mesmo a graduação tem sido garantia, com a população buscando cada vez mais especializações. Apesar disso, o aumento da escolarização continua sendo buscado como forma de “melhorar de vida”.

A partir disso, pensar trabalho quando se pensa juventude se torna importante pois, principalmente em relação à juventude brasileira, o trabalho é um grande marcador. Mesmo com o avanço do processo de escolarização, principalmente entre jovens de 15 a 17 anos, boa parte dessa população no Brasil estão no mercado de trabalho, formal ou informal, e quando se trata recorte juvenil acima de 18 anos o trabalho se torna quase sempre a maior preocupação e dedicação (PINHEIRO et. al., 2018).



Juventude e trabalho no Brasil

A ampliação da condição de unicamente estudante para os jovens é nova no Brasil, já que nas décadas anteriores aos anos 2000 a maior parte deles estavam apenas trabalhando ou estudando e trabalhando. A oportunidade de unicamente estudar era dada a camadas altas e médias da sociedade (SPOSITO, 2003).

Mas essa condição ainda está longe de ser vivida por todos os jovens brasileiros. Mediante a realidade local, não se pode compreender em que condições a juventude está inserida olhando apenas para o âmbito educacional. Os estudos sobre juventude e os dados do país mostram que o trabalho também compõe, e com muita importância, as condições das juventudes brasileiras.

Para a maioria dos jovens brasileiros, o trabalho tem sido um importante expediente tanto de continuidade dos estudos quanto transição para vida adulta. Por outro lado, a entrada e permanência no mercado de trabalho formal vem se tornando difícil para os jovens, até os jovens de maior poder aquisitivo e mais escolarizados, e as dificuldades de obtenção de trabalho interfere no processo de autonomia dos jovens (GUIMARÃES, 2006; RIBEIRO; NEDER, 2009; FERREIRA, 2014; ANDRADE; MACEDO, 2018).

A seleção que forma o Gráfico 1 foi feita a partir dos dados do documento “Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização”² realizado em 2020 pelo IPEA³ e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a partir de dados da Pnad Contínua.

Com esses dados, pode-se perceber que quanto maior a idade dos jovens, mais eles deixam de ter os estudos como parte de sua dedicação. Em todos os trimestres analisados, a maior parte dos jovens de 15 a 17 anos estão se dedicando exclusivamente aos estudos. Quando se observa os dados dos jovens de 18 a 24 anos, a distribuição se torna mais equilibrada, mas a maioria já se encontra nos que estão ocupados e não estudam. Chegando no recorte de 25 a 29 anos, o quadro inverte em relação ao primeiro: mais jovens estão se dedicando exclusivamente aos exercícios laborais, enquanto que menos de 10% em todos os anos analisados estão somente estudando.

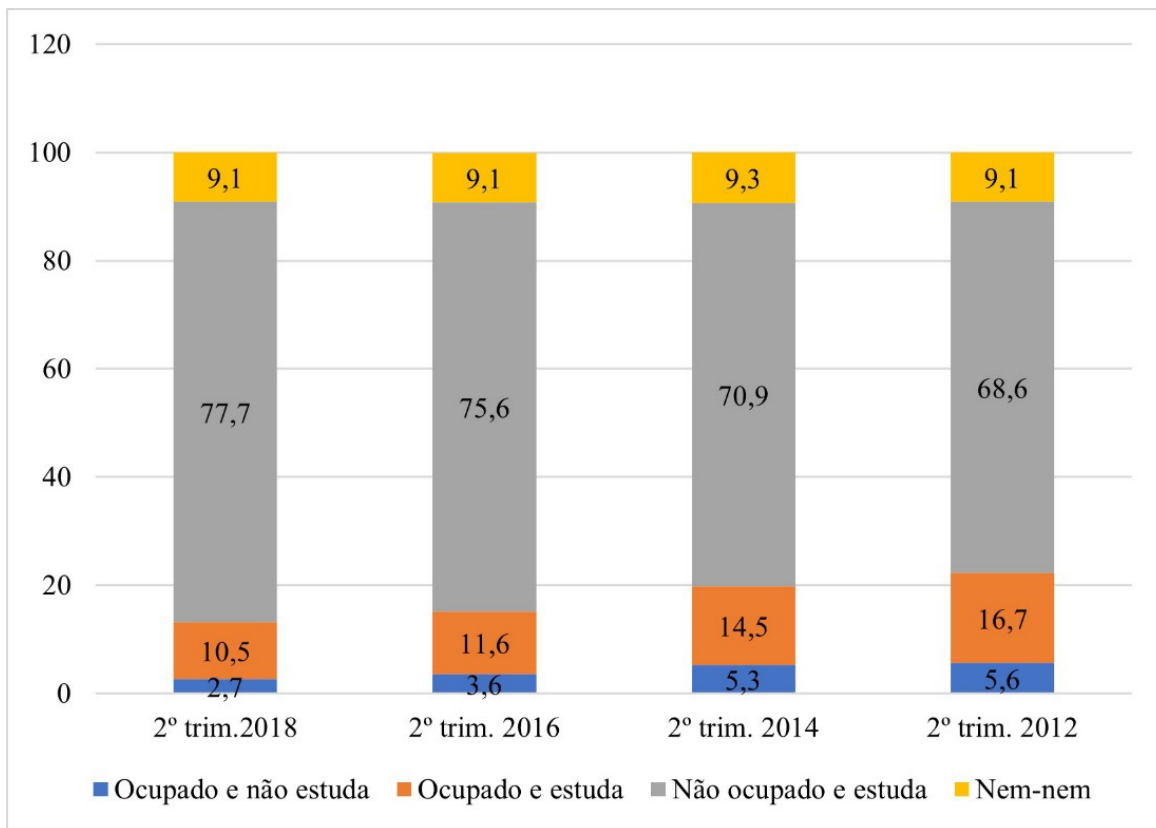
² Disponível em < <https://bit.ly/3cRw992> >

³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

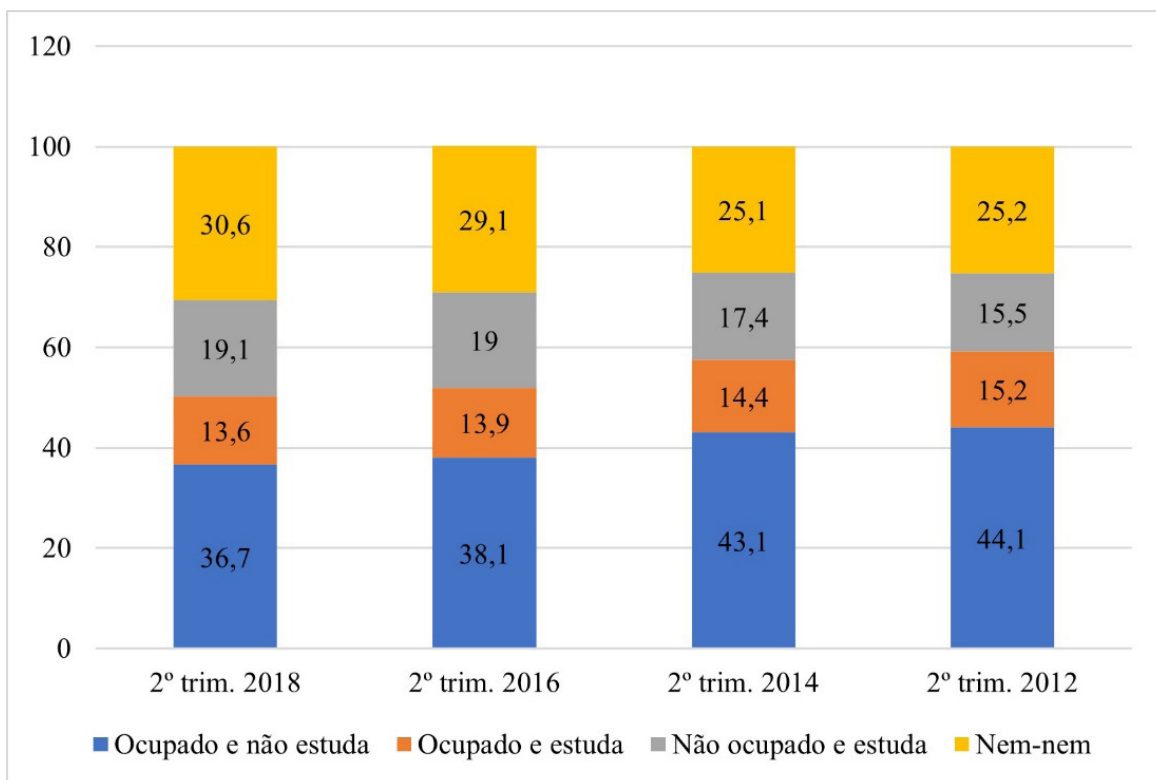


Gráfico 1 – Alocação dos jovens nas categorias de estudo e trabalho – 15 a 29 anos

1A – Jovens de 15 a 17 anos

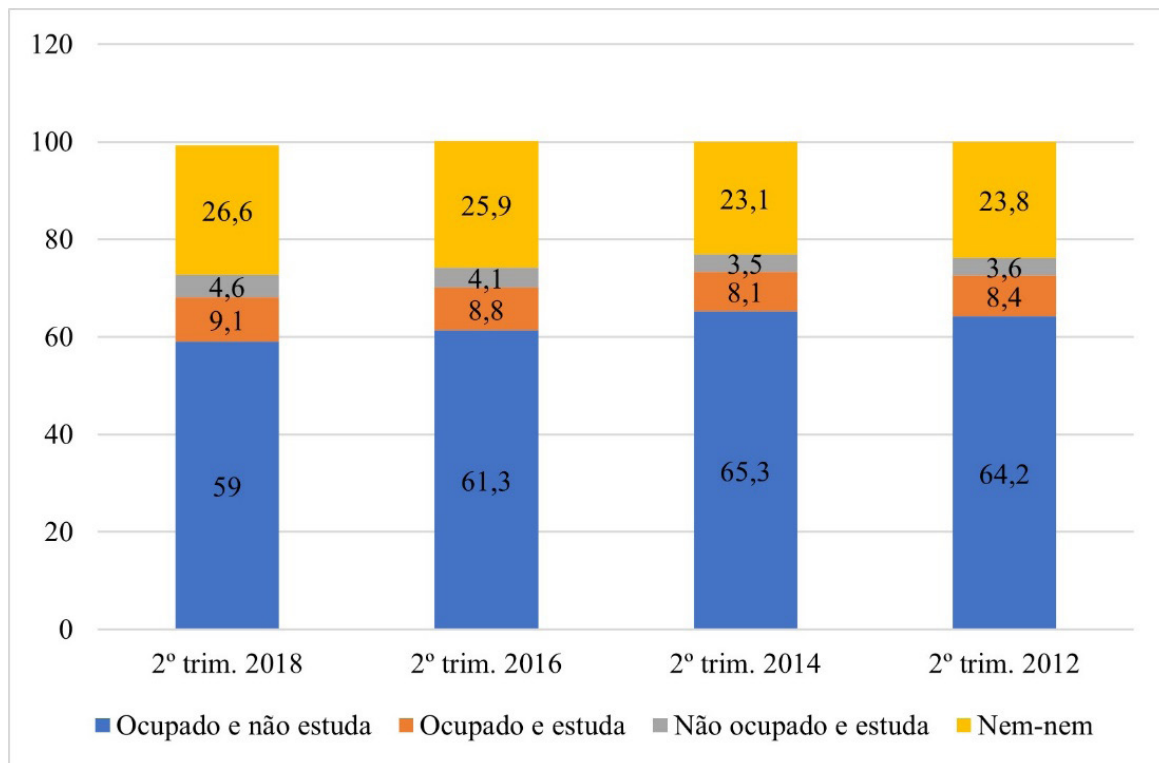


1B – Jovens de 18 a 24 anos





1C – Jovens de 25 a 29 anos



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. Realização: IPEA/Ministério da Economia (2019).

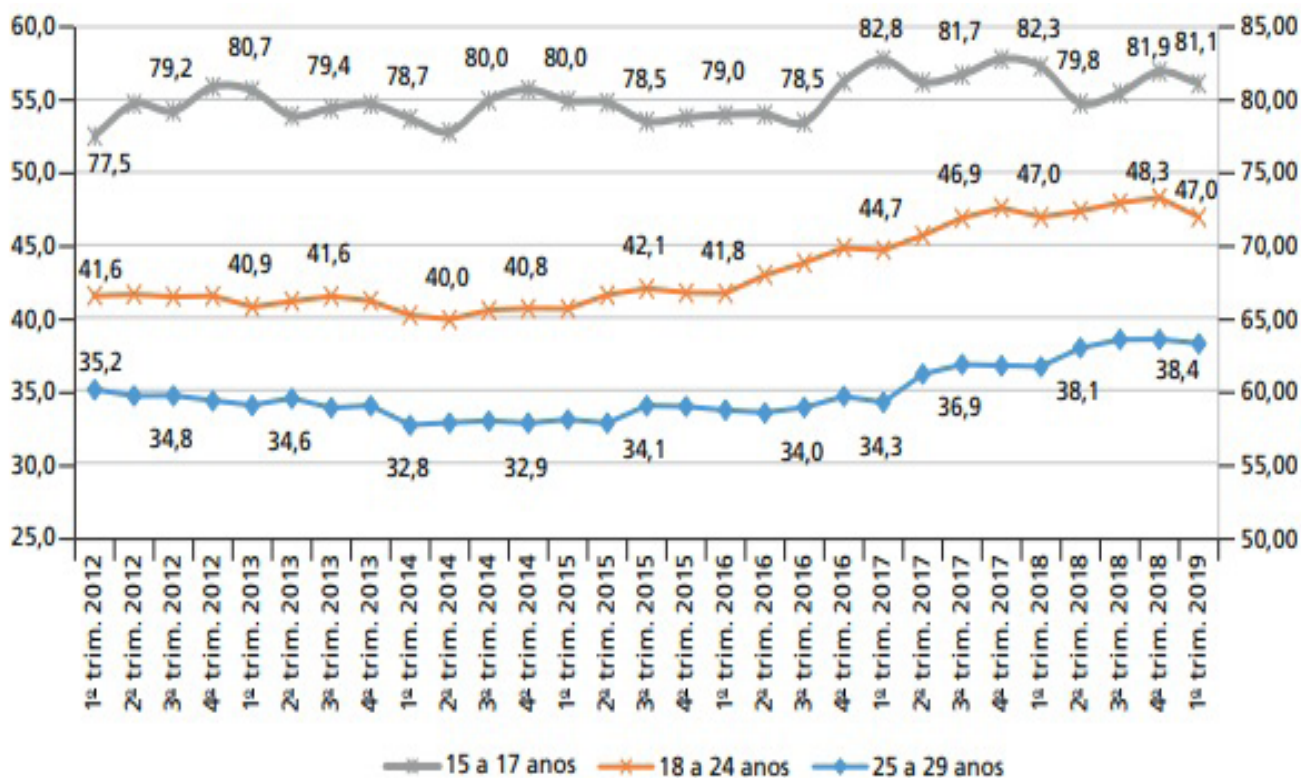
Como nota-se, apesar de uma parte da juventude ter acesso à chamada “moratória social” (MARGULIS; URRESTI, 1996), em que se é dado um tempo de formação para vida adulta (que se daria com a entrada no mundo do trabalho) parte desse segmento não tem esse direito à moratória em sua trajetória de vida, tendo o trabalho presente já no Ensino Médio, como explica Corrochano (2014):

No Brasil, a relação dos jovens com o trabalho é marcada por muitas desigualdades, e o Ensino Médio parece ser um espaço significativo para evidenciar esse fenômeno. Para uns, o tempo no Ensino Médio é vivido como etapa de formação e preparação para o acesso à universidade, ficando o trabalho como um projeto para depois da conclusão do Ensino Superior. Porém, para a maior parte daqueles que tiveram acesso a esse nível de ensino nas duas últimas décadas, a realidade de trabalho, de bicos ou de um constante se virar para ganhar a vida combinam-se às suas vidas de estudantes (p. 206).

No gráfico 2, pode-se notar que, além do crescimento da informalidade no cotidiano juvenil ter crescido, a taxa de informalidade é maior principalmente na faixa de idade de 15 a 17 anos, ou seja, nos jovens-adolescentes, em que o emprego informal, os chamados “bicos” ou “freelas” se tornam um mecanismo de viver de uma melhor forma sua juventude (FERREIRA, 2007).



Gráfico 2 – Taxa de informalidade dos jovens por faixa etária, em porcentagem (2012-2019)



Fonte: IPEA. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. Realização: IPEA/Ministério da Economia (2019).

Na análise aqui realizada, os jovens também apresentaram um grande nível de informalidade nas respostas. Ao serem perguntados sobre a situação laboral no momento da pesquisa, mais da metade ou estavam desempregados ou em situação de informalidade.

Metodologia

Utilizou-se para coleta de dados, a princípio, o método de pesquisa quantitativo, a partir de um questionário online, feito no *Google Forms*, contendo 22 questões sobre escolaridade, trabalho e perfil em geral. Os gráficos dos dados foram produzidos por meio do *software R*. A pesquisa foi realizada entre junho e julho do ano de 2019.

A fim de encontrar os jovens dentro do perfil desejado para o trabalho (estudantes universitários, entre 18 e 29 anos, que haviam se certificado pelo Enem), utilizou-se das mídias sociais, a partir de principalmente publicações em grupos de universidades no *Facebook*, explicando nessas postagens o teor da pesquisa. O questionário foi respondido por 29 pessoas que se encaixavam nesse perfil.



Após as respostas ao questionário serem finalizadas, uma segunda etapa da pesquisa, com abordagem qualitativa, foi realizada. A partir do questionário inicial, foram selecionados sete⁴ estudantes de perfis diversos para realizarem uma entrevista de forma presencial⁵, na qual, a partir das próprias respostas fornecidas pelos jovens, foram feitas perguntas sobre as trajetórias destes.

Perfil dos jovens e trajetórias educacionais.

A maioria dos jovens estava na faixa que corresponde a classificação jovem-jovem⁶ e a maioria dos jovens era oriundos de colégios públicos e uma minoria de escolas privadas. Dos que estudaram em colégios públicos, a maior parte desses estudou em colégio público federal, sendo 10 de um total de 18 respondentes.

Uma quantidade maior dos jovens respondentes era branca, sendo autodeclarados brancos 16 dos respondentes do questionário; pardo cinco, pretos sete e amarelo um. De acordo com os critérios do IBGE para cor ou raça, pretos e pardos se encaixam na categoria negro, assim 12 dos 29 dos participantes.

A maior parte dos jovens entrevistados solicitou a certificação via Enem porque eles haviam reprovado muitas vezes na escola: dos 29 respondentes, apenas nove nunca haviam reprovado, muitos deles antes de reprovarem já abandonavam a escola por não acreditarem mais na possibilidade de aprovação.

Dentre outros fatores que mais foram apontados pelos jovens para o abandono estão a não identificação com a escola, a depressão e a gravidez na adolescência. Nas entrevistas individuais, falas como “o ambiente me deixava mal”, “eu não me sentia bem ali” foram constantes. No caso da maternidade, uma jovem revelou que precisava de dois empregos para sustentar a filha, então entre continuar trabalhando e estudar, o trabalho falou mais alto.

A maior parte dos entrevistados estava em cursos da área das humanidades na universidade, que são cursos vistos com menos prestígio social. Na tabela 1, apresenta-se o perfil dos jovens entrevistados individualmente⁷, para melhor reflexão sobre o trabalho em suas trajetórias no ponto a seguir.

4 O trabalho foi devidamente submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa, sendo o número do parecer 4.110.196.

5 As entrevistas foram realizadas antes da Pandemia causada pelo novo Coronavírus.

6 De acordo com o Estatuto da juventude, os jovens estão divididos em três categorias: jovens-adolescentes (15 a 17 anos), jovens-jovens (18 a 24 anos) e jovens-adultos (25 a 29 anos).

7 Os nomes utilizados não correspondem à identidade verdadeira dos respondentes.



Tabela 1 – Perfil dos jovens entrevistados individualmente

ENTREVISTADO (A)	ESCOLA (EM)	COR/RAÇA	IDADE DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE	CURSO UNIVERSITÁRIO
Alice	IFRJ	Branca	18	Engenharia Química
Ângelo	Rede MV1, Instituto Cylle- no, Silva e Souza, Waki- gawa, Icaro, Superior.	Amarela	25	Arquivologia
Arthur	Colégio Pedro II	Pardo	19	História
Carla	Ciep Brizolão 380 - Joara- cy Camargo (Instituto de Educação Belford Roxo)	Parda	27	Biblioteconomia
Débora	E.T.E. Adolpho Bloch (FAE- TEC)	Branca	21	Pedagogia
Elisabeth	Não cursou	Branca	26	Biblioteconomia
Lara	Instituto Relvas e Externa- to Pinheiro	Preta	19	Biblioteconomia

Fonte: Dados coletados pelos autores (2021).

Resultados

Na vida de alguns desses jovens, o trabalho esteve presente durante a primeira parte de sua juventude como um modo de viver essa fase de uma forma mais plena ou por necessidades familiares mais severas, como sendo a única pessoa a poder sustentar a família. Olhando para esses jovens, observa-se muitas vezes uma entrada e saída da escola por mais de uma vez e uma constante mudança e procura de trabalho. Quando se pensa em jovens de classes populares, como a maior parte dos jovens dessa pesquisa, essas trajetórias “zigzagueantes” são muito comuns, como apresentado por Dayrell (2007),

Podemos dizer que, no Brasil, o princípio da incerteza domina o cotidiano dos jovens, que se deparam com verdadeiras encruzilhadas de vida, nas quais as transições tendem a ser zigzagueantes, sem rumo fixo ou predeterminado. Se essa é uma realidade comum à juventude, no caso dos jovens pobres os desafios são ainda maiores, uma vez que contam com menos recursos e margens de escolhas, imersos que estão em constrangimentos estruturais. Para a grande maioria desses jovens, a transição aparece como um labirinto, obrigando-os a uma busca constante de articular os princípios de realidade (que posso fazer?), do dever (que devo fazer?) e do querer (o que quero fazer?), colocando-os diante de encruzilhadas onde jogam a vida e o futuro (apud PAIS, 2003, p. 1114).



Abaixo, encontra-se o gráfico 3 que expressa a relação da idade em que os jovens começaram a trabalhar e a reprovação escolar. Dois dos três alunos que reprovaram mais de três vezes começaram a trabalhar com menos de 16 anos, mas também, duas pessoas que nunca reprovaram começaram a trabalhar dessa mesma forma, precocemente. Em contrapartida, uma das pessoas que nunca trabalhou reprovou três vezes. Isso coloca a reflexão sobre em que medida o trabalho para alguns jovens se torna importante para viver plenamente sua condição juvenil, e não necessariamente contribui para o afastamento ou aumento de retenções na escola.

Gráfico 3 – Relação entre Número de reprovações x Idade que começou a trabalhar



Fonte: Dados coletados pelos autores (2021)

Depois de ter sido reprovado no segundo ano, o entrevistado Arthur desistiu de fazer mais uma vez o mesmo ano e começou a trabalhar. A escolha pelo trabalho foi justamente o desejo de ter uma renda individual que não era fornecida pelos pais.

“Então, eu comecei a trabalhar porque meus pais são professores, meu pai e minha mãe. Meu pai é professor de educação física da rede municipal do Rio e minha mãe é professora de português, e aí tipo, lá em casa nunca faltou nada, mas nunca sobrou nada também, né. Eu nunca tive coisa tipo mesada, dinheiro pra sair, essas coisas que o jovem quer. Aí assim que eu pude começar a trabalhar eu comecei a trabalhar. Trabalhei de um monte de coisas, comecei a trabalhar exatamente com 18 anos e nunca mais parei. Trabalhei como vendedor em comércio, em algumas lojas em São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro; trabalhei como garçom, como offi-ce-boy, quando eu ingressei em história na Unirio eu já trabalhava como vendedor. Em 2014 eu passei em um concurso do estado pra bombeiro militar, e graças a deus saí do comércio, e trabalhei como bombeiro durante três anos e meio, e eu fui chamado no concurso do CEFET, e aí já tem três anos que eu estou lá também” (Arthur, entrevista concedida em 2019).



No caso de Carla, apesar de ter começado a trabalhar depois de ter chegado ao terceiro ano do Ensino Médio, ela não conseguiu o diploma de conclusão porque ficou em dependência em uma disciplina do curso normalista. De acordo com a entrevistada, como ela começou a trabalhar no comércio, ela não teria horário para cursar a disciplina que faltava, então preferiu não concluir, pois sua família estava passando por problemas financeiros:

“Minha mãe tinha se separado recentemente do pai do meu irmão, ele não pagava pensão, estava na justiça, minha mãe tinha pouca experiência com coisas de trabalho, então [eu pensei] ‘bora trabalhar e colocar as coisas dentro de casa’ [...]. Depois, eu fiz os 4 [anos] certinho, e fiquei só nessa matéria. Aí eu comecei a trabalhar e não pude fazer essa matéria. Cheguei a ir lá conversar com a professora, ver como é que iria fazer, mas eu não consegui que me liberassem do trabalho uma vez por semana pra isso. Era de 7h a 12h só uma disciplina” (Carla entrevista concedida em 2019).

A jovem ficou trabalhando a maior parte do tempo em que ficou fora da sala de aula em comércio ou empregos informais. Um dos empregos ela perdeu por não ter concluído o ensino médio. Mais uma vez, a partir do depoimento de Carla, pode-se reforçar a ideia que pensar a juventude, ou as juventudes, brasileira(s) é também pensar na dimensão do trabalho.

Lara, ao reprovar pela segunda vez o segundo ano e desistir de concluir o ensino médio da forma tradicional, certificou-se pelo Enem no mesmo ano e começou a trabalhar na modalidade de jovem-aprendiz, o que para ela foi muito importante, tanto financeiramente quanto para se ocupar de alguma coisa até sua entrada na universidade, um ano depois.

A estudante Alice viu na certificação pelo Enem uma forma de “acelerar” sua formação do médio sem concluir o curso técnico de química que fazia no IFRJ, pois para ela era essencial entrar na universidade ainda estando no estágio do técnico, já que o salário desse trabalho possibilitaria a ela uma melhor estadia no primeiro ano de universidade.

Depois de ter reprovado e adquirido seu diploma pelo Enem, Débora também ficou trabalhando enquanto não conseguia entrar na Universidade. Porém, esse período foi muito difícil para ela. De acordo com a jovem, ela ficava mal por estar fazendo algo que não queria, mas precisava fazer para conseguir pagar o pré-vestibular.

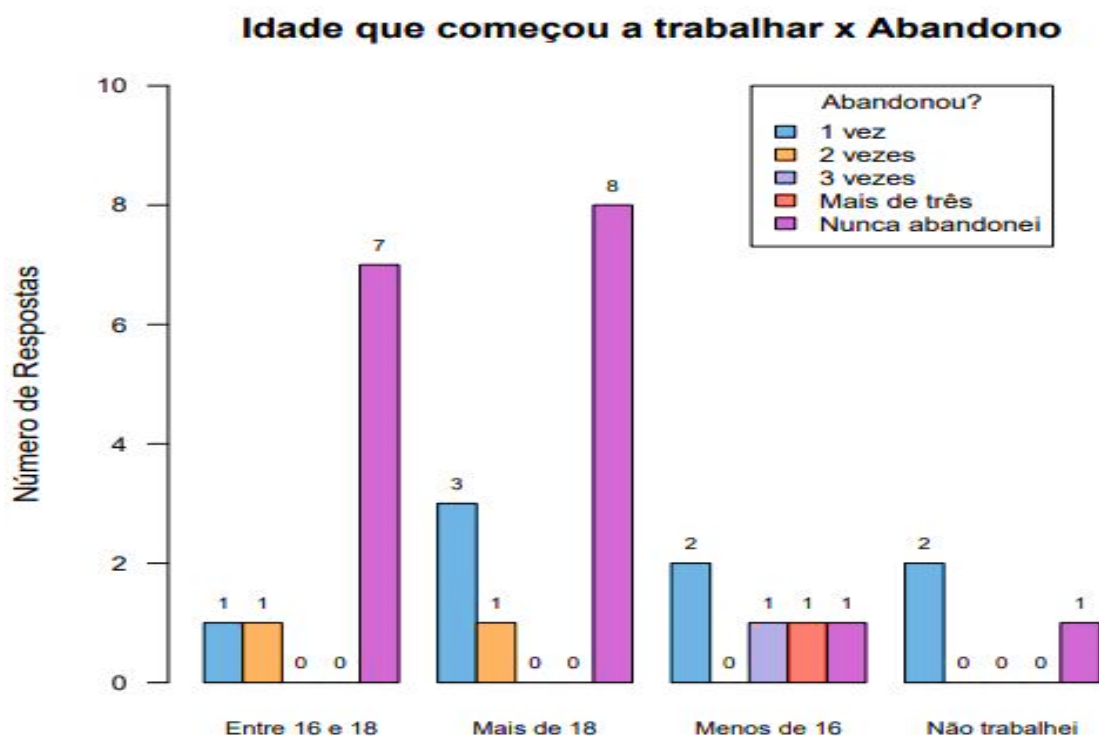
“Eu trabalhei de extra natal, fui fazendo bicos aqui e ali, mas assim, no geral, isso me afundou, realmente eu fiquei à beira de depressão porque eu queria [passar para] veterinária assim absurdamente, era sonho de infância. Então eu me sentia muito incapaz... a família inteira falando ‘olha, não sei quem tá até acabando a faculdade e você tá aqui’, então pesou muito. Aí eu fiz pré-vestibular social no meio tempo, depois eu acabei me apertando e com os bicos que eu fazia eu ajudei meu pai a pagar um pré-vestibular, até no colégio do meu fundamental mesmo, que aí foi quando eu consegui passar” (Débora, entrevista concedida em 2019).



No momento da entrevista, a jovem relatou que um dos auxílios proporcionados pela universidade ajudava com que ela se mantivesse, em parte, dentro da instituição. Apesar disso, mesmo com o auxílio, ela contou que precisava continuar com os bicos para se manter, então fazia bordados para vender e marmitas para uma pessoa da família. Para ela, o “extra-natal” era o que melhor cabia antes de receber auxílio, mas com este não se poderia trabalhar com vínculos empregatícios. De acordo com Corrochano (2014), relações como a de Débora com o trabalho fazem parte da “[...] realidade da grande maioria de jovens e adultos no mercado de trabalho brasileiro” que “sempre esteve muito mais próxima da instabilidade, das idas e vindas e de um constante ‘se virar’ para conseguir ‘ganhar a vida’” (p. 27).

Assim como a reprovação, o abandono escolar pode ter grande influência nas entradas no mercado de trabalho. O gráfico 4 relaciona o número de vezes que os entrevistados abandonaram a escola com a idade em que começaram no mercado de trabalho.

Gráfico 4 – Relação entre Número de abandono escolar x Idade de início no mercado de trabalho



Fonte: Dados coletados pelos autores (2021)

É interessante observar que o número de jovens que já abandonou a escola e nunca trabalhou foi o menor dentre as outras opções, sendo apenas dois dos 12 jovens que já abandonaram alguma vez a escola. Abaixo, consta na tabela 2 a idade que os jovens entrevistados individualmente começaram a trabalhar, juntamente com informações sobre suas trajetórias escolares.



Tabela 2 – Idade que os jovens entrevistados individualmente começaram a trabalhar e estado de reprovação ou abandono escolar

NOME	IDADE EM QUE COMEÇOU A TRABALHAR	REPROVOU?	ABANDONOU?
Alice	Entre 16 e 18	Não	Não
Arthur	Entre 16 e 18	Sim	Não
Ângelo	Menos de 16	Sim	Sim
Carla	Mais de 18	Sim	Não
Débora	Entre 16 e 18	Sim	Não
Elisabeth	Menos de 16	Sim	Sim
Lara	Entre 16 e 18	Sim	Sim

Fonte: Dados coletados pelos autores (2021)

Ângelo, apesar de ter seguido o ensino fundamental em colégio privado, começou a trabalhar aos 15 anos por obrigação do pai. Começou trabalhando com o próprio pai em sua pequena empresa. Segundo ele, o excesso de faltas que começou a ter na escola e o uso de drogas sem autorização dos pais fez com que o seu progenitor desse a escolha de ou trabalhar ou ser transferido para uma escola pública.

“Eu fumava maconha, faltava a aula pra ir pra praia, aí meu pai falou ‘ah é... agora então você vai trabalhar comigo. Já que você quer comprar maconha e não ir pra aula vai ter que ter seu dinheiro’. E na época eu estudava em colégio particular e ele pagava, aí ele falou que não ia mais pagar meu colégio e que eu teria que trabalhar pra pagar minha escola” (Ângelo, entrevista concedida em 2019).

Esse exemplo mostra uma outra face que o trabalho pode ter na vida do jovem, principalmente dos jovens de poder aquisitivo um pouco maior. A atitude do pai de Ângelo reflete uma ideia de que o trabalho, na cultura brasileira, é um instrumento pedagógico, que ensina o indivíduo a ter responsabilidade, e que no caso específico pode se tornar uma forma de castigo (CORROCHANO et. al., 2008).

Depois de muitas tentativas de continuar estudando, Ângelo desistiu de se formar na escola e ficou sete anos sem estudar formalmente, inserido no mercado de trabalho, na maior parte do tempo informal. Porém, ao receber a proposta de ser efetivado num emprego, ele precisava do diploma de conclusão do Ensino Médio e não tinha, com isso não conseguiu a efetivação no trabalho.

“Eu fiz um curso técnico antes disso tudo em 2015 de serralheiro e solda, um curso de seis meses, foi o início de tudo. Um projeto de uma senhora, não entendo muito bem direito, sei que ela tinha um espaço muito grande que a prefeitura cedeu pra ela e ela tem esse projeto [...]. E acabou o curso e me chamaram para ser monitor porque gostaram de mim, eu desenhava bem e conseguia explicar pra galera muito bem, mesmo não estudando direto eu tinha uma base melhor do que as pessoas de lá, não sabiam o que era letra de forma... aí eu e mais um viramos monitores numa turma de 40. Na hora de efetivar, que trouxeram meu contrato perguntaram sobre meu ensino médio, e eu não tinha, então eu não pude [ser contratado]” (Ângelo, entrevista concedida em 2019).



Essa decepção impulsionou Ângelo a tentar concluir sua formação escolar. O que essa questão de sua trajetória reforça é que o trabalho tanto pode ser um impeditivo para a conclusão da educação básica, quanto pode impulsionar os jovens a retornarem para a escola em busca de uma melhor qualificação (OLIVEIRA, 2018).

A partir daí, já sendo também pai de dois filhos, ele começou a fazer curso pré-vestibular, mas a princípio ele não tinha projeções de estar no ensino superior, e queria apenas conseguir finalizar sua formação, pois, nas palavras dele, “não que eu não tivesse interesse de entrar na faculdade, eu achava que não fosse capaz, era um sentimento muito estranho e eu vejo que isso é muito comum” (Ângelo, entrevista realizada em 2019). Sua aprovação se deu para o curso de arquivologia, o curso que, segundo ele, deu para passar. Na época da entrevista ele realizava estágio na área.

Pertencendo a uma realidade com mais desigualdade socioeconômica, Elisabeth começou a trabalhar bem cedo, com pequenos bicos. Ela relatou que começou com trabalhos informais porque queria ganhar alguma quantia para ela:

“[...] eu sempre trabalhei, desde 10 anos de idade. Quando eu era novinha eu sempre fazia umas coisinhas para ganhar dinheiro, fazia unha, tomava conta de criança... Aí depois trabalhei em padaria. Na época não tinha jovem aprendiz, mas tinha uns projetos semelhantes perto de casa, aí trabalhei em padaria, loja de bijuterias, vendi jornal no trem, no sinal, tudo que tinha para ganhar um dinheirinho eu fazia. Trabalhei na Microlins vendendo curso na rua...” (Elisabeth, entrevista concedida em 2019).

Assim que alcançou a maioridade, a entrevistada começou a trabalhar em empregos formais com carteira assinada. Trabalhou em lojas, restaurantes e estacionamentos. No momento da entrevista, ela não estava trabalhando pois tinha decidido se dedicar mais aos estudos da graduação e esperava por um estágio na sua área.

A jovem, que foi mãe aos 17 anos, não deixa de lembrar do momento de sua vida em que ela não tinha ajuda do pai de sua primeira filha e por isso tinha que ter dois empregos diferentes, que a tomavam quase todo tempo, para conseguir o provimento de sua nova família.

“Eu trabalhava em dois empregos, quando minha filha era bebezinha, deixava ela com a mãe de uma amiga minha e ia trabalhar na Microlins, que era no centro de Caxias, e aí quatro horas eu saía de lá, mas quatro horas eu tinha que estar na *lanhouse* porque eu trabalhava a noite, mas o menino que trabalhava lá dava uma segurada pra mim, pra dar tempo de eu chegar lá. Quando eu chegava lá a mãe dessa minha amiga trazia a minha filha no carrinho e ela ficava lá comigo. Ela ficava lá comigo até a hora que fechava, quando tinha que fazer viradão ela ficava lá também, comigo no carrinho” (Elisabeth, entrevista concedida em 2019).



A posição de jovens na família precisa ser colocada a fim de compreender a relação dos jovens com a educação e com o trabalho. Quando os jovens estão na condição de filhos, eles conseguem se dedicar mais aos estudos e têm mais facilidade em postergar a entrada no mercado de trabalho. Quando os jovens precisam ajudar na renda familiar, são “pessoas de referência⁸” e/ou estão na condição de chefes de família, como no caso de alguns desses jovens, a relação muda, pendendo mais à dedicação ao mercado de trabalho para manter o novo núcleo familiar, tendo mais dificuldade de continuar os estudos (COSTANZI, 2009, p. 34).

Considerações finais

Para muitos jovens, o trabalho é um dos motivos da desistência da escola. Esses trabalhos não são vistos como um passo para carreira futura quando se pensa em jovens-adolescentes: o trabalho para esses jovens está muito mais ligado à quantidade de coisas que eles podem usufruir pela remuneração que ganham, como smartphones e roupas de marca. A renda baixa, que diminui a capacidade de consumo, faz com que os jovens pobres busquem trabalhos remunerados mais cedo do que jovens de classes mais altas, fazendo com que optem por deixar a escola, que não estaria dando “nenhum retorno” naquele momento, não satisfazendo as necessidades materiais (MADEIRA, 2006; CARRANO, 2007).

Mas também pode ocorrer o contrário: a falta de vontade de estar no ambiente escolar pelos distintos fatores que podem ter confluência na trajetória educacional de um jovem pode ser mais significativo do que o trabalho em si. Assim, os jovens podem utilizar o mercado de trabalho, além da necessidade, como forma de “substituir” o tempo da escola (CARRANO et. al, 2015).

O mundo do trabalho mostrou ter grande influência na maioria das trajetórias pesquisadas, tanto influenciando na saída da escola⁹ quanto na reflexão sobre a importância da certificação para um emprego melhor e no desejo pela entrada em um curso superior, já que a maioria dos jovens viam na universidade uma forma de melhorar as possibilidades de entrada no mercado de trabalho. Além disso, para os jovens que tinham filhos, o trabalho possuía outros significados. A relação com o labor de quem possui filhos não é a mesma dos jovens que não tem, pois pressupõe-se que o indivíduo progenitor(a) tenha agora sua própria família. Esse fator “pode repercutir numa dedicação mais voraz ao trabalho e em poucas condições de tempo e capital para dar prosseguimento aos estudos” (CORROCHANO et. al., 2008, p. 20).

8 Termo utilizado no Relatório “Trabalho descente e Juventude no Brasil” (COSTANZI, 2009) para jovens que são os maiores contribuintes da renda dentro da família.

9 Para compreender em específico as trajetórias escolares dos pesquisados, ver (LIMA, PINHEIRO, 2021).



Em suma, no caso dos jovens desta pesquisa, o trabalho apareceu tanto como uma necessidade pessoal, quanto como uma necessidade familiar, em que em alguns eventos o trabalho foi motivo para não voltar à escola, e em outros não estar na escola era motivo de ter que estar trabalhando. Além disso, dois casos mostraram que a certificação do ensino médio, apesar de não garantir emprego, pode fazer com que oportunidades sejam perdidas. Como apontado por Ferreira (2011), a falta do certificado de conclusão deixa as oportunidades de trabalho mais precárias, desigualdade social que tem incidido diretamente na juventude.

Referências

ANDRADE, Eliane Ribeiro; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista Uruguaya de Ciencias Sociales**, Montevideo, v. 31, n. 42, p. 107-126, jun. 2018. Disponível <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382018000100107&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 26 nov. 2021.

BRASIL, Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria INEP nº 109 de 27/05/2009**. Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mai. 2009.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da segunda chance**. Fórum EJA. 2007.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MARINHO, Andreia Cidade; OLIVEIRA, Viviane Netto Medeiros de. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. spe, p. 1439-1454.

CORROCHANO, Maria Carla; FERREIRA, Maria Inês Caetano; SOUZA, Raquel. Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. **Ação Educativa, Instituto IBI**, São Paulo, 2008. 88 p.

CORROCHANO, Maria Carla. Qual o lugar do trabalho no Ensino Médio? In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (Org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. 1ed. , v. 1, p. 120-137. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Relatório Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília, Organização Internacional do Trabalho**, 2009. 220 p.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. Juventude e mundo do trabalho: diversidade de percursos. **Boletim Ação Educativa**. 05 jan. 2007.



FERREIRA, Mônica Dias Peregrino; CARRANO, Paulo César Rodrigues . Entrevista - Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. **Revista teias** – UERJ, v. 12, p. 239-246, 2011.

FERREIRA, Mônica Dias Peregrino. Juventude, escola e trabalho: uma aproximação é necessária. **Boletim CEDES**, v. 35, p. 1-7, 2014.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 171-198.

LIMA, E. S.; PINHEIRO, D. Jovens certificados pelo Enem: um estudo sobre trajetórias e possibilidades. **Saber Acadêmico**, v. 1, p. 3-30, 2021.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 139-170.

MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: Margulis, M. (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Biblos, 1996.

OLIVEIRA, Ramon de. O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde [online]**, v. 16, n. 1, 2018, p. 79-98. Acessado em 28 Nov. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00116>>.

PERONI, Vera Maria Vidal. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 25, n. 2, abr. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19498>>. Acesso em: 28 nov. 2021. Doi: <https://doi.org/10.21573/vol25n22009.19498>.

PINHEIRO, D.; PEREGRINO, M.; SOUZA, L. C.. Engajamento, educação e trabalho. **Revista Uruguaya de Ciencias Sociales**, v. 31, p. 127-150, 2018.

RIBEIRO, Rosana; NEDER, Henrique D.. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 475-506, Dez. 2009.

SERRAO, Luís Felipe Soares. **Exames para certificação de conclusão de escolaridade: os casos do Encceja e do Enem**. 2014. 201 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil, desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. Vol. 1. 38p. São Paulo: Ação Educativa. 2003.

Recebido em: 28/11/2021

Aceito em: 27/06/2022